



QUAL O ESPAÇO DA HISTÓRIA NO SÉCULO XXI? – UMA EXPERIÊNCIA A PARTIR DE UM PROJETO DE EXTENSÃO

WHAT IS THE PLACE OF HISTORY IN THE 21st CENTURY? – AN EXPERIENCE BASED ON AN EXTENSION PROJECT

ÉDER MENDES DE PAULA
<https://orcid.org/0000-0001-5004-734X>
Doutor em História pela UFG
Professor Adjunto da UFJ
edermendes@ufj.edu.br

RESUMO

Este artigo é pautado na experiência do Projeto de Extensão Me Conta Essa História do curso de História da Universidade Federal de Jataí, com as possibilidades de ocupar espaços que estão sendo preenchidos por pessoas não historiadoras. Neste aspecto é primordial discutir a História Pública, apresentada aqui como uma atitude da historiadora ou historiador perante a necessidade de se comunicar com públicos diversos, para além da universidade. Assim, a partir da execução do projeto propomos reflexões sobre a comunicação em história, ressaltando a necessidade de nos aproximarmos das novas tecnologias e da Inteligência Artificial, suscitando debates que sejam sobre como atuar a partir dessas ferramentas e qual o nosso papel ante a essas perspectivas.

PALAVRAS-CHAVE: História Pública; Comunicação; Negacionismo.

ABSTRACT

This article is based on the experience of the Extension Project Tell Me This Story of the History course at the Federal University of Jataí, with the possibilities of occupying spaces that are being filled by non-historians. In this aspect, it is essential to discuss Public History, presented here as an attitude of the historian in the face of the need to communicate with diverse audiences, beyond the university. Thus, based on the execution of the project, we propose reflections on communication in history, highlighting the need to get closer to new technologies and Artificial Intelligence, raising debates on how to act based on these tools and what our role is in view of these perspectives.

KEYWORDS: Public History; Communication; Denialism.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a História Pública consolidou-se como um campo de atuação e reflexão dentro da historiografia, provocando uma ampliação do escopo tradicional da disciplina e questionando as fronteiras entre o fazer acadêmico e a divulgação científica. Mais do que uma simples “divulgação” do conhecimento produzido nas universidades, a História Pública representa uma atitude historiadora voltada ao diálogo com múltiplos públicos, em espaços plurais e com finalidades que extrapolam os limites da academia.

É notório que a História não possui narrativas apenas advindas da academia, os diversos espaços a utilizam e temos contato com essas visões de diferentes formas: na literatura, no cinema, nas histórias em quadrinhos, nas poesias, nas obras teatrais, novelas, séries, entre muitos outros. Assim os indivíduos possuem alguma visão sobre os eventos históricos que precisam ser pensados em conjunto com o saber científico, antes do século XXI, as discussões sobre os diferentes públicos não eram tão profundas como agora, talvez porque não fosse ali uma preocupação imediata, mas que hoje se coloca preemente.

Como afirma Paulo César Gomes (2021), “trata-se de uma prática que desloca o historiador do gabinete e o coloca em interação direta com a sociedade, escutando-a e sendo interpelado por ela”. Essa escuta ativa, esse compromisso com os dilemas do presente e com os usos públicos do passado, marcam uma inflexão ética e política no ofício do historiador.

A emergência da História Pública como campo estruturado se dá, sobretudo, a partir dos anos 1970, nos Estados Unidos, com o surgimento de programas universitários voltados à formação de historiadores para atuarem fora do ambiente acadêmico tradicional (Gibbs, 2012). No entanto, a consolidação do conceito não deve ser confundida com o início de práticas públicas da História. Como lembram Frisch (1990) e, mais recentemente, Achcar (2020), os usos sociais do passado e as relações entre memória, identidade e poder são constituintes do próprio campo historiográfico, mesmo antes de sua formalização como área de estudos. No Brasil, esse movimento ganha força nos anos 2000, com a institucionalização de redes de pesquisa, grupos de trabalho e periódicos especializados, como a *Revista Brasileira de História Pública*, contribuindo para um debate que tensiona os modos de produção, circulação e apropriação do saber histórico (Ferreira; Meneses, 2018).

Ao reconhecer que a História Pública é menos um campo fechado e mais uma postura diante da sociedade, Leff (2022) argumenta que ela se estrutura “como uma ética da responsabilidade historiadora”, em que o conhecimento histórico é continuamente colocado em jogo no espaço público, especialmente diante de contextos de negacionismo,

reversionismo e disputas de memória. A atuação pública do historiador, nesses termos, exige competências metodológicas específicas, mas também sensibilidade política e disposição para a escuta e a coautoria com sujeitos sociais diversos. Isso implica compreender que a História Pública não se reduz à simplificação da narrativa acadêmica, mas envolve, como propõe Grele (2007), um compromisso epistemológico com o pluralismo das vozes e com o caráter compartilhado da construção histórica.

O projeto de extensão Me Conta Essa História, nasceu no ano de 2019 elaborado no curso de História da Universidade Federal de Jataí e, se propunha começar a desbravar esses novos espaços abertos pela internet e que as historiadoras e historiadores não se ocuparam de início. Neste sentido, o projeto é fruto das inquietações diante da quantidade imensa de canais e páginas em plataformas da internet mantidas por pessoas que não têm formação em História, mas que possuem um grande público, sendo os conteúdos atravessados por ideologias e que sustentavam negacionismos e revisionismos sem fundamento.

Quando começo o projeto seria um site, com uma parte destinada a divulgação do que era produzido no curso e em outros projetos como PIBID e Residência Pedagógica, bem como os Grupos de Estudos e Pesquisas. Outra área seria destinada à construção de uma revista com textos mantidos pelos acadêmicos, tanto da instituição quanto externos a ela.

Com a pandemia o projeto se expandiu para uma página no Instagram, onde são postados divulgação de eventos e sugestões de leitura com artigos diversos e também lives que iniciaram naquele período como semanais. Posteriormente, decidimos transferir as lives para um canal no Youtube onde passaram a ser quinzenais.

Hoje o projeto conta com essas três frentes e vive um momento de reflexão, como realizar uma comunicação mais efetiva com os públicos para além de historiadoras e historiadores? Como atraí-los, como nos postar como alternativa diante de um mar de possibilidades que existe na internet? Essas reflexões campearam a oportunidade de pensar sobre comunicação em história, como algo que parta do próprio letramento histórico.

O que trabalho neste artigo é apresentação das angústias, assim como as avaliações a partir de um projeto de extensão que permitiu pensar caminhos estratégicos para que historiadoras e historiadores possam estar mais próximos de outros públicos, criando maneiras de se fazer entender a partir de uma leitura histórica do mundo.

ENTRE REVER E NEGAR: OS PÚBLICOS DA HISTÓRIA

Vivemos um tempo que estabelece reflexões intensas sobre a profissão da historiadora e do historiador, principalmente acerca de seus limites e espaços de atuação. Se pensarmos em uma História da disciplina no Brasil temos a criação dos primeiros cursos superiores nos anos de 1930, para formação de docentes com vistas a atender as demandas crescentes das escolas.

Mesmo com a existência dos bacharelados a profissão do historiador e da historiadora não estava reconhecida, algo que veio a ser realizado muito recentemente. Mesmo com a formação dos grupos de pesquisa e outros espaços a serem ocupados pelas historiadoras e historiadores como: consultoria para produção audiovisual, curadoria de museus, por exemplo, grande parte da formação se destinava à diversas salas de aula espalhadas pelo país.

Após os anos de chumbo, a redemocratização trouxe de volta a disciplina que havia sido suprimida para dar lugar a discussões rasas distribuídas em Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica. A partir de então, uma série de ganhos como aumento das pós-graduações e diversidade de temas de pesquisa, puderam ser vivenciados, mas outra transformação nos colocaria novamente a discutir e pensar sobre a matriz dos cursos de História, sua finalidade e novos espaços a serem ocupados.

Discussões que permeavam os anos de 1990 giravam em torno do conceito de globalização, da possibilidade de vivenciarmos uma possível diminuição das fronteiras a partir de mercados comuns como a União Europeia e o Mercosul. A realidade dos desdobramentos dessas discussões foi atravessada por um avanço tecnológico comunicacional gigantesco, a chegada da internet e os processos que ela ocasionou construíram cenários atualmente não imaginados naqueles idos de final de século.

Quando pensávamos sobre uma relação cada vez mais próxima entre os diversos países debatendo mercados comuns e moedas únicas, o que recebemos foi um recrudescimento do nacionalismo nos últimos anos e o crescimento de ideias extremistas em diversas partes do mundo. Assim, passamos a assistir um aumento considerável de revisionismos e negacionismos históricos que estremeceu o que se pensava ser papel da história e do historiador. Revisionismo aqui é compreendido

como uma forma de retomar o passado visando, exclusivamente, às batalhas políticas e ideológicas do presente, por vezes, negando crimes ou determinados eventos históricos; por vezes, minimizando ou relativizando sua importância ou as responsabilidades do Estado e da sociedade. O termo revisionismo adquiriu, especialmente ao longo do século XX, expressiva polissemia: ora apropriado de

forma positiva, ora pejorativamente; ora servindo – de formas plurais – a acirradas disputas políticas e ideológicas, ora apropriado por querelas acadêmicas e intelectuais – estas também, de maneira alguma, estranhas às disputas políticas e ideológicas; ora se aproximando e se fundindo com a ideia de *negação*. (Cordeiro & Rollemberg, 2021, p. 60)

Neste sentido o conceito não está relacionado diretamente com a possibilidade de pensar uma História a contrapelo, estabelecendo novos protagonistas como as mulheres, as comunidades indígenas, LGBTQAPN+ entre outras, mas sim, funcionando como um mecanismo de defesa de determinado pensamento ao suavizar ou mesmo propor esconder crimes. Um exemplo, seriam países da Europa central que, em 2019, iniciavam processos de amenização do papel de nazistas quanto à tentativa de genocídio do povo judeu.

O negacionismo por sua vez

surgiu no fim da década de 1980, mas a negação de acontecimentos comprovados por documentação é antiga. A questão ganhou visibilidade particular nas polêmicas em torno dos crimes nazistas na Segunda Guerra Mundial, mas envolve controvérsias anteriores e posteriores ao conflito. Tal realidade pode ser observada em três dimensões que, sendo autônomas, com frequência se embaralharam, por boa ou má fé de políticos, intelectuais e historiadores: (a) política e ideológica; (b) historiográfica; (c) judicial. (Op. Cit. p. 61)

O sentido, portanto, que ambos os conceitos se traduziram na nossa realidade está vinculado à negação de fatos que apontam crimes cometidos por determinadas parcelas da sociedade, ao mesmo tempo que o revisionismo tem o caráter de se negar de fato uma revisão historiográfica que estabeleceu como História Oficial aquela contada e realizada pelas elites condenando ao esquecimento uma série de grupos e lutas.

Sendo assim, a História passou a ser um ponto de grande relevância nos debates atuais, a emersão de problematizações sobre o papel de grupos praticamente canônicos como os bandeirantes, ou a maneira como se deu os processos de escravização no Brasil, o protagonismo feminino, as lutas populares, entre outros, evidenciou um espaço de acirrada disputa entre o que se construiu ao longo do tempo a partir de uma historiografia euro-etnocentrada e fálica e o que foi (des)coberto pelo trabalho de historiadoras e historiadores.

O ponto fulcral é que a História funciona como mecanismo de legitimação, seja de manutenção de status quo, ou para evidenciar mudanças nas estruturas de como pensar sobre o passado. Nas duas últimas décadas vivenciamos no Brasil um crescimento de posturas negacionistas e revisionistas em se tratando da História, na ânsia pela

manutenção de um status quo que as produções historiográficas começavam a colocar em xeque, sobretudo após a popularização das universidades e pós-graduações.

Neste sentido, entende-se que há necessidade de ampliação das discussões para além dos próprios pares, ou seja, ultrapassar o universo dos historiadores.

Segundo Bruno Leal Pastor de Carvalho e Ana Paula Tavares Teixeira, os historiadores não são protagonistas na divulgação de história hoje. Eles apresentam duas hipóteses para explicar esse fato: em primeiro lugar, argumentam que a divulgação da história para o grande público poucas vezes foi tomada como prioridade por historiadores, centros de pesquisa, departamentos e programas de pós-graduação em história; em segundo, defendem que é preciso levar em conta os impactos do paradigma digital no meio historiográfico, que alterou os mecanismos de consagração e autoridade, de modo que erudição, títulos, docência, pesquisa ou vínculo institucional não necessariamente garantem prestígio, credibilidade e autoridade ao produtor do discurso. (Gontijo, 2023, p. 05)

Com o crescimento das redes sociais e plataformas audiovisuais, discutir e debater História se tornou um espaço ocupado por outros indivíduos que não historiadoras e historiadores. Neste universo (pensando em um tamanho impossível de mensurar como a dimensão das redes) surgiram espaços onde a História era vista como uma curiosidade, outros a apresentando através de uma nostalgia e outros que passaram a negar o trabalho científico de historiadoras e historiadores para apresentar um conteúdo sem o mesmo rigor teórico-metodológico, com vistas à manutenção do que tínhamos como “História Oficial”, que se transformou também em um campo aberto para disseminação de ideias da extrema-direita.

Em uma iniciação científica coordenada pelo professor doutor Thiago Lima Nicodemo na Unicamp no ano de 2021, teve como foco canais do Youtube divididos em três blocos: canais de divulgação do conhecimento histórico, canais de ensino de história para vestibulares e canais de entretenimento histórico. Após realizar um levantamento em cada uma das categorias, foram separados os canais com maior influência em cada uma, de acordo com as visualizações.

Tabela 1			
Nome do canal	nº Inscritos	nº Visualizações	Hipótese
Canal Nostalgia	13,8 milhões	1,3 bilhões	Entretenimento histórico
Descomplica	3,6 milhões	254,8 milhões	Ensino de história para vestibulares
Nerdologia	3,17 milhões	354,8 milhões	Divulgação do conhecimento histórico
Débora Aladim	2,96 milhões	137,6 milhões	Ensino de história para vestibulares
Me Salva!	2,07 milhões	322,7 milhões	Ensino de história para vestibulares
Brasil Paralelo	1,95 milhões	131,7 milhões	Divulgação do conhecimento histórico

Fonte: CONCENTINO, Leonardo Lehmann & NICODEMO, Thiago Lima. **Os usos públicos do passado no Youtube: Um estudo sobre os canais de História mais acessados no Brasil.** In.: Anais XXIX Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP – 2021.

Através da tabela construída pelos pesquisadores, percebemos que há uma procura pela História voltada para o entretenimento, questões que estão relacionadas à nostalgia, à curiosidade sobre determinados fatos, entre outros com um número de visualizações gigantesco. Temos três grandes canais que funcionam como uma espécie de acompanhamento educacional, voltados para o ensino de História para vestibulares e o ponto nevrálgico do que discutimos até aqui, a divulgação do conhecimento histórico temos dois casos.

Nerdologia aparece na tabela à frente em visualizações e inscritos em relação ao Brasil Paralelo que, por aparecer na pesquisa, já revela um dado preocupante uma vez que aponta que há público, mas que o mesmo está entregue a pessoas sem o preparo crítico-científico necessário. No mês de abril do ano de 2025 o canal Nerdologia apresenta 3,41 milhões de inscritos e 421.862.123 visualizações, já o Brasil Paralelo encontra-se com 4,35 milhões de inscritos e 482.152.532 visualizações, o que é um dado preocupante.

É preciso levar em consideração os investimentos de cada canal, entender que o Brasil Paralelo desde a ascensão da extrema direita no Brasil, possui financiamento para os vídeos e séries documentais produzidas por eles. No entanto, não encontramos dados comparativos para aprofundarmos nesta questão de quem financia e com que finalidade.

O canal Nerdologia foi inscrito na plataforma do Youtube em 2010, já o Brasil Paralelo teve sua inscrição no ano de 2016, exatamente o contexto após o golpe sofrido pela Presidente Dilma e o recrudescimento dos discursos extremistas que culminaram no resultado da eleição de 2018. Importante lembrar que grande parte da campanha política naquele ano, foi realizada a partir de notícias falsas que este canal auxiliava a proliferar, bem como a produção de vídeos para justificar historicamente falas do então candidato a presidência da extrema direita no Brasil naquele momento.

No entanto, os convido a observarmos as descrições de cada um dos canais feitas na plataforma do Youtube. O canal *Nerdologia* faz uma síntese, direta sobre o que você pode encontrar no canal: Uma análise científica e histórica da cultura geek!

Ainda que apresentação seja de forma direta, é possível observarmos que há uma preocupação pelo menos em pensar os vídeos a partir de uma base científica, a pesquisa para a produção de conteúdos é realizada por Filipe Figueiredo, historiador formado pela USP.

Já o Brasil Paralelo se apresenta da seguinte forma: “A Brasil Paralelo acredita que o Brasil vai dar certo. E por meio de nossas produções trabalhamos para fortalecer em nossa cultura os valores e tradições que, notoriamente, ao longo da história conduziram a humanidade à paz e prosperidade”.

Evidentemente a produtora se filia a uma interpretação da História que se incomoda com os novos protagonistas, ressaltando o papel das mulheres, das comunidades indígenas, dos povos escravizados, entre outros. Neste sentido, a ideia de fortalecer “valores e tradições” está diretamente relacionado às narrativas construídas pelos colonizadores brancos e pelas elites escravocratas e burguesas.

O conceito de revisionismo aqui pode ser visto de duas formas como dissemos anteriormente, uma positiva – no sentido de pensar as novas fontes e problematizações da História – e outra negativa, quando a intenção é distorcer interpretações para interesses de processos de dominação. Outro ponto a ser evidenciado é que em momento algum a produtora declara na descrição quem são os responsáveis pelas pesquisas, sendo isso uma declaração contra a História enquanto ciência, produzindo insinuações de que a mesma nos últimos anos tem sido corrompida.

Isso levanta uma série de reflexões nos últimos anos sobre o papel da História e de seus profissionais, os sentidos públicos deste conhecimento produzido não só na academia, mas nos diversos espaços. Tornou-se urgente que o campo da História Pública se tornasse um elemento central, é preciso refletir os processos de formação de historiadoras e historiadores para os novos tempos, admitindo-se que há um público e que devemos ocupar estes espaços que têm sido tomados por outros atores.

Devem os professores serem youtubers ou Tik Tokers? Essa pergunta não é a correta a se fazer, uma vez que não é apenas nestas plataformas que estão as possibilidades de pensarmos o acesso a conteúdos e debates sobre História. Talvez o que devemos refletir seja sobre nossas formas de comunicação em relação aos conhecimentos que produzimos.

Neste sentido, apresentamos uma tentativa, uma experiência que surgiu como um projeto de extensão na Universidade Federal de Jataí, de se aventurar sobre o terreno da História Pública na intenção de se colocar como alternativa neste universo de canais e possibilidades de pensar e refletir sobre a comunicação.

O Projeto Me Conta Essa História, nasceu das inquietações em relação ao consumo dos conteúdos de História em redes que não são mantidas por historiadoras e historiadores no ano de 2019 e tem se transformado e sendo uma forma de testar elementos para pensar a comunicação em história para a além dos pares.

ME CONTA ESSA HISTÓRIA – UM ESPAÇO PARA TENTAR PENSAR A COMUNICAÇÃO EM HISTÓRIA

Podemos pensar ou construir uma comunicação em História? O termo é muito comum nas áreas da saúde que, em algumas ocasiões, aparece como uma disciplina específica e tem por objetivo pensar estratégias para disseminação de informações com vistas a influenciar a promoção de saúde.

Não seria necessariamente um conjunto de habilidades e competências desenvolvidos para que os indivíduos tenham uma possibilidade de leitura histórica da realidade, isso é o que nos aponta a literacia histórica. Acreditamos que o necessário seja uma operação pós a literacia histórica, após o desenvolvimento crítico e da consciência histórica, a possibilidade de pensarmos uma comunicação em História.

O entendimento aqui é pensar uma busca pela linguagem, reflexão sobre estética e forma de comunicar o que é produzido de conhecimento histórico através do rigor teórico-metodológico. Pensar também mecanismos, assim como nas áreas da saúde, estratégia de disseminação de informações com vistas a promover o entendimento das relações entre passado e presente.

Não temos aqui a intenção de estabelecer uma definição ou forma de realização deste processo, estão evidenciadas aqui inquietações e reflexões acerca da necessidade de ocuparmos espaços de divulgação do conhecimento histórico e, nos determos a pensar estratégias de comunicação com os outros públicos. Todas essas questões estavam presentes no momento de concepção do Projeto de Extensão Me Conta Essa História.

O projeto foi pensado no ano de 2019, após o crescimento da extrema direita nas redes e os canais de comunicação intensificados ocupados por seus membros. A proposta

era criar um site, uma página no Instagram e um canal no Youtube e, sabendo das nossas limitações, em consenso íamos aprender à medida que o projeto fosse sendo executado.

A página no Instagram (@mecontaessahistoriaufj), tem como finalidade divulgar dicas de podcasts, filmes, artigos publicados e conta hoje 1.345 seguidores, com 637 posts. Durante a pandemia, no ano de 2020, foram realizadas lives uma vez por semana pela plataforma de temas diversificados e com convidados externos à UFJ:

- A BNCC e o Ensino de História: os seus desafios e possibilidades.
- O papel da escola na pandemia
- Historicidade do Movimento LGBTQIAPN+ e o enfrentamento do fascismo atual
- Trabalho e Educação
- Educação Infantil e atividades remotas
- A patrimonialização Federal de Terreiros de Candombolé
- Pedagogia preto-diaspórica: uma conversa com pensadorxs negrxs
- Democracia e Populismo na era da pós-verdade
- Modelos de compreensão da deficiência
- Os arquivos judiciais e a compreensão da memória coletiva
- A História em Jogos a partir de Vampiro: A máscara
- A construção das violências das/e contra as mulheres no sertão goiano
- Educação popular e Direitos Humanos
- Relações entre História e Literatura
- Quadrinhos e Ensino de História
- Arquitetura e Ensino de História: um diálogo possível

Foram as lives feitas no Instagram até a construção do canal no Youtube, em dezembro de 2020. O modelo utilizado na live em ambas as plataformas, era ou é bem acadêmico, com um tempo de exposição de cerca de 30 minutos e posterior tempo para interação com quem assistia à live.

Cinco anos após, compreendemos que este modelo não é o ideal, é necessário voltar a pensar sobre a comunicação em História e pensar o público que se quer atingir para além dos pares e estruturar novamente a forma, a estética de desenvolvimento das lives.

Em números recentes, a página no Instagram entre 15 de março e 13 de abril de 2025 teve 1.300 visualizações, sendo destas 97,8% de seguidores e 2,2% de fluxo da plataforma. Além do Brasil, apresenta interação países como Portugal, Espanha e Estados Unidos. Sabemos que ainda é necessário pensar outra forma para o aumento de fluxo e

perfurar a bolha acadêmica, é o que estamos tentando construir no momento, uma forma de utilizar o Instagram para uma interação ainda maior.

O site surgiu ainda em 2019, com o domínio de www.mecontaessahistoria.com.br dividido inicialmente em duas partes, já que tentávamos naquele momento em conjunto com os discentes participantes criar uma revista para publicações gerais e através de dossiês. No entanto, essa iniciativa não teve seguimento devido a algumas dificuldades enfrentadas, principalmente em relação a textos suficientes para garantir a periodicidade semestral que planejamos.

Outra parte do site estava destinada às produções do curso ligadas ao Laboratório de Ensino e Pesquisa em História e História local, com as seguintes abas:

- Materiais didáticos
- PIBID
- Residência Pedagógica
- Prolicen
- Projetos
- Eventos
- Podcast

Eram espaços para que também o curso conseguisse estabelecer uma conexão com aquilo que produzia e professores da Educação Básica. O podcast até o momento conta com 03 temporadas, sendo a primeira com 10 episódios de temas variados, a segunda sobre o Ensino de História com participação de uma atividade do PIBID e a terceira sobre Cinema e Ensino de História.

O canal no Youtube foi criado no final de 2019, hoje conta com 41 vídeos de lives com duração de aproximadamente uma hora a uma hora e meia de temas variados, com convidados externos, da mesma forma como acontecia no Instagram, contabilizando 669 inscritos até o mês de abril de 2025.

Numericamente falando o canal tem as seguintes estatísticas fornecidas pela própria plataforma:

- 54.481 impressões, ou seja, as vezes que as miniaturas dos vídeos foram mostradas aos espectadores. Destes, 29.532, foram alcançadas através de pesquisas realizadas por espectadores na própria plataforma. 11.961 por recursos de navegação, 3.245 páginas do canal, 8.383 vídeos sugeridos, 1360 através de playlists. O público registrado é totalmente brasileiro, com alcance em 7.195 cidades, sendo a de maior visualização a cidade de Guarabira no estado da Paraíba.

O projeto é pequeno quando comparado a outros numericamente, no entanto, seguimos com a intenção de nos colocar como opção neste mar de alternativas que são sites, páginas em rede e canais de áudio e vídeo nas plataformas. Na percepção de que precisávamos ocupar esses espaços, em consenso com os discentes decidimos fazer e avaliar a cada tempo, para observar o que deveria ser alterado para alcançar o que se esperava.

Hoje, cinco anos após termos iniciado, a indagação que mais nos atinge e que tem alimentado a necessidade de mudança, mas aí acompanhada de intensa reflexão e estudos é pensar estrategicamente a partir de uma possível comunicação em História. Destarte, a comunicação deve ser vista com um espaço não apenas de (trans)missão, mas uma prática social, onde os indivíduos possam atuar com autonomia, sendo capazes de tomar decisão a partir dos conteúdos que tenham acesso.

Com base na nossa pequena prática, nesses cinco anos de projeto, entendemos que não é uma “vulgarização” da linguagem, mas trata-se de historicizar as demandas sociais e como as mesmas tem sido reverberadas pelos diversos canais, afim de que possamos desenvolver as estratégias de comunicação em História. Esta imbricada com a literacia histórica, através da troca de experiências e saberes, pode auxiliar na construção de sociedade mais potente para compreender as disputas de poder e as relações entre os problemas do presente e o passado.

Voltando à literacia histórica, para Cerri (2010)

A perspectiva de uma literacia histórica -ou, no uso mais comum no português brasileiro- de um letramento histórico é um marco decisivo, pois supera a ideia de ensino de História como transmissão, rumo à ideia de um saber que só concretiza a sua necessidade se é aplicável e faz diferença na capacidade do sujeito de agir no mundo em sintonia com sua progressiva leitura desse mundo (CERRI, 2010, p. 270).

Assim, pensando na escola esse lugar onde se dá a relação ensino-aprendizagem, seria o espaço que, também da História Pública, aconteceria esse letramento histórico que culminaria na consciência histórica. No entanto, Rocha (2020) expõe algumas de suas reflexões:

Outra dificuldade em definir tais noções –letramento e letramento histórico - advém da delimitação do tempo e do espaço onde ocorrem. Para alguns, o letramento seria um processo estritamente escolar e o letramento histórico, respectivamente, só ocorreria na aula de História, em processo deliberado e com resultados autônomos. Para outros, o letramento ultrapassa o tempo e o espaço da escola, sendo parte de todas as práticas relacionadas à escrita em interação ou não com esse espaço e tendo como consequência os resultados mais diversos. (ROCHA, 2020, p.276)

Nesta perspectiva o letramento histórico não se daria apenas na sala de aula como espaço primal, mas relacionados às diversas práticas da escrita estando relacionadas ou não com este lugar. A operacionalização da literacia se daria pela matriz disciplinar de Rusen, partindo das carências de orientação à elaboração de sentido do/no presente.

A nosso ver, existe a construção desse espaço da consciência histórica na escola, através da atribuição de sentido ao passado relacionado ao presente. Nesta perspectiva, o conteúdo não se tornaria e objetivo final, mas o meio para se desenvolver habilidades e competências como a leitura de documentos históricos.

A História transmitida em contexto educacional é compreendida como um gênero híbrido, pois abrange diversas abordagens historiográficas e interage tanto com os saberes científicos quanto com os do senso comum. É evidente que o ensino é impregnado por uma variedade de conhecimentos provenientes de diferentes esferas discursivas. Os gêneros que permeiam o ambiente de ensino situam-se em uma posição intermediária, transpassando os domínios da Educação, da História e da prática pedagógica, e são mobilizados e orientados com o propósito específico de instruir, facilitar a aprendizagem e construir uma compreensão histórica coerente. (GAGO; KOCHHANN & LIMA, 2023, p. 13612)

O Ensino de História seria esse primeiro local de problematização das dimensões públicas da História, uma vez que o conhecimento ali produzido é transpassado por outros advindos dos espaços sociais do qual o alunado faz parte.

Mas a comunicação em História seria a posteriori, estamos pensando aqui nos grandes nichos sociais que podem ser alcançados e, o pensamento voltado para a estratégia de se fazer entender a partir da linguagem seja ela escrita ou não. Isso quer dizer, que pensamos esse aspecto como uma segunda fase do letramento, expandindo as fronteiras a partir de estratégias de divulgação do conhecimento histórico.

Se na área da saúde a comunicação é vista como estratégias para a promoção da saúde, na História podemos dizer que seriam estratégias para a compreensão de como esta ciência é constituída. Um passo que visa facilitar a leitura histórica do mundo, capaz de proporcionar o entendimento dos diversos contextos, as relações entre passado-presente e as relações de poder que atravessam as construções narrativas e as disputas de sentido.

Esse texto tem a intenção apenas de apresentar algumas reflexões a partir da prática do projeto de extensão, a comunicação em saúde é um fragmento de todas essas inquietações que tem nos atingido em cheio, diante da necessidade (re)pensarmos os espaços a serem ocupados por historiadoras e historiadores. É preciso que levemos em conta o advento da Inteligência Artificial e que não deixemos para depois as discussões

sobre como isso nos afeta, quais os caminhos que se abrem em perspectiva para que possamos avaliar nossos processos de formação.

O momento é sobre mudança e postura política de compreensão e ocupação dos espaços para além dos cânones das revistas científicas, mas fazer ciência de fato como combate à ignorância e possibilidade de leitura do mundo. A ideia é que possamos contribuir com uma proposta a pensarmos formas, construirmos pontes com as tecnologias e marcamos nosso espaço no processo de pautas e debates sobre a História para além do acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As últimas décadas têm sido um desafio para historiadoras e historiadores, desde 2015 temos presenciado a ascensão de discursos que contestam o fazer científico, apresentando o ofício como algo cercado por ideologia e que contamina o seu produto. Assim, com o advento da internet e suas inúmeras possibilidades surgiram blogs, canais, páginas que se destinaram a contestar a História produzida pela academia e mesmo as revisões historiográficas, como a tentativa de se construir uma História vinda debaixo.

Uma nova linguagem sobre o conhecimento histórico, a digital, passou a tomar conta e interferir nos diversos espaços, colocando em xeque a autoridade da historiadora e do historiador ante o passado e suas relações com o presente. O avanço tecnológico, sobretudo nas áreas de comunicação virtual, cresceu vertiginosamente e abriu nos caminhos que precisavam ser ocupados, mas não havia preparo ou estrutura para que isso fosse realizado de maneira responsável.

A escalada de violência discursiva também cresceu e a sala de aula nesses tempos, se tornou um lugar cerceado, um espaço de medo ocupado pelas professoras e professores. Presenciamos o crescimento de movimentos de extrema direita na internet com a intenção clara e objetiva e manter as narrativas “tradicionais” da História, contestando qualquer movimento contrário e ao mesmo tempo revisando e suavizando as atitudes dos povos invasores e colonizadores.

O Youtube se tornou uma plataforma importante na disseminação de vídeos e “videoaulas” na intenção de espalhar fake news e desinformação histórica. Foi nesse cenário que nasceu o Projeto Me Conta Essa História na Universidade Federal de Jataí, contando com 5 anos de existência e já diante da necessidade de mudanças.

Precisamos compreender estratégias de linguagem, novas possibilidades de comunicação que seja pensada e problematizada diretamente por historiadoras e historiadores, com o intuito de se traçar estratégias para a disseminação de uma leitura histórica de mundo. A proposta é que possamos refletir diante da necessidade de uma comunicação com outros públicos, como uma segunda etapa do letramento histórico, algo que nos possibilite estabelecer mecanismos de divulgação e diálogo com os diversos públicos que a História possui.

O tempo que assistirmos os espaços na internet serem ocupados por outros sujeitos que não são profissionais, precisa ser revertido através da aproximação com a comunicação, a tecnologia e a Inteligência Artificial. São tempos de mudança que não podem ser negligenciados e debates que não podem ser protelados, uma vez que nos afetam enquanto produção, metodologia, mas também os espaços políticos de divulgação do conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHCAR, Francisco Carlos Teixeira. *História pública: entre o passado e o presente*. São Paulo: Contexto, 2020.

CERRI, Luiz Fernando. *Didática da história: uma leitura teórica sobre a História na prática*. Revista de História Regional, v. 15, n. 2, 2010.

CONCENTINO, Leonardo Lehmann & NICODEMO, Thiago Lima. *Os usos públicos do passado no Youtube: Um estudo sobre os canais de História mais acessados no Brasil*. In.: Anais XXIX Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP – 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MENESES, Ulpiano Bezerra de. *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2018.

FRISCH, Michael. *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*. Albany: SUNY Press, 1990.

GAGO, Marília. Entrevista–Jörn Rüsen *Algumas ideias sobre a interseção da meta-história e da didática da história*. Revista História Hoje, v. 5, n. 9, p. 159-170, 2016.

GIBBS, Fred. *Critical Discourse in Public History*. The Public Historian, v. 34, n. 3, p. 17–29, 2012.

GOMES, Paulo César. *História pública e seus desafios*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

GONTIJO, Rebeca. O Almanack, *História Pública e Os Públicos da História*. In.: Almanack, Guarulhos, n. 35.

GRELE, Ronald. *Whose Public? Whose History? What Is the Goal of a Public Historian?*. The Public Historian, v. 3, n. 1, p. 40-48, 2007.

LEFF, Enrique. *A reapropriação social do saber: ciência, ética e sustentabilidade*. São Paulo: Cortez, 2022.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. *Letramento (s) histórico (s): Uma proposta plural para o ensino e a aprendizagem de História*. Revista Territórios e Fronteiras, v. 13, n. 2, p. 275-301, 2020.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. *Revisionismo e negacionismo: controvérsias*. História, histórias, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021.